

## **Entre História e Belas Artes: Considerações a respeito do processo de patrimonialização do sítio arqueológico de São Miguel das Missões.**

Sandi Mumbach<sup>1</sup>  
André Luis Ramos Soares<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, discutiremos o processo de tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo enquanto um patrimônio inscrito no Livro Tombo de Belas Artes pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN no ano de 1938. Os processos de tombamento realizados pelo IPHAN ao longo de sua trajetória indicam a visão de história, de patrimônio e de memória que a instituição e seus membros possuíam ao selecionar e eleger patrimônios nas várias regiões do país. O tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo é revestido de caráter emblemático, pois suscita um debate em torno dos valores que nortearam a seleção dos patrimônios que constituíram a história oficial da nação brasileira, centrada na matriz lusa, branca e católica. As missões jesuíticas, apesar de representar os valores europeus e católicos, não enquadram-se nesta matriz por representarem a ocupação hispânica de praticamente metade do território que hoje corresponde ao estado do Rio Grande do sul. Portanto buscaremos através de análise bibliográfica discutir esta questão, na tentativa de esclarecer o processo nacional de patrimonialização deste bem, e os possíveis discursos construídos a partir deste evento.

**Palavras-chave:** Patrimônio, tombamento, São Miguel das Missões.

### **INTRODUÇÃO**

Em nossa pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, intitulada *A formação do município de São Miguel das Missões e os usos do patrimônio histórico nas décadas de 1970 e 1980*, buscamos compreender o processo de emancipação político-administrativa do município de São Miguel das Missões e a utilização e negociação que as lideranças locais estabeleceram com o patrimônio histórico do período reducional jesuítico-guarani nestas duas décadas. A mesma integra a linha de pesquisa memória e patrimônio e conta com financiamento CAPES/DS.

No processo de pesquisa e construção do conhecimento a cerca da temática do patrimônio do período reducional jesuítico-guarani no Rio Grande do Sul, especificamente em São Miguel das Missões, buscamos compreender a ação das instituições de seleção e de preservação do patrimônio a nível nacional e estadual, e suas ações sobre este. Neste processo observamos alguns fatos e elementos os quais consideramos merecer uma abordagem e

---

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – PPGH/UFSM, autora do trabalho.

<sup>2</sup> Professor Doutor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria/RS, orientador.

análise historiográfica mais atenta, São Miguel as Missões constitui-se em um universo de pesquisa muito complexo, pois suscita reflexões em diversos aspectos, no plano social, na questão indígena, no turismo, na formação étnica da população, enfim são varias as questões que merecem uma análise e um entendimento. Desta forma buscamos expor neste artigo algumas problematizações, em torno processo de patrimonialização do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo na década de 1920, no âmbito estadual, na década de 1930 no âmbito Federal, e na década de 1980, período da declaração como patrimônio da humanidade.

São Miguel Arcanjo foi uma redução jesuítico-guarani, construída a partir de 1687, pertencente à segunda fase reducional, promovido pela Companhia de Jesus nas Colônias da Coroa Espanhola na América nos séculos XVII e XVIII. Atualmente identificada como pertencente aos Sete Povos das Missões Orientais, por localizarem-se a margem leste do Rio Uruguai, mas que no período compuseram um total de trinta povos missioneiros pertencentes à Província Jesuítica do Paraguai. Seu declínio em conjunto com as demais reduções localizadas a leste da do rio Uruguai ocorreu após as negociações entre Portugal e Espanha, culminando com a assinatura do tratado de Madri, onde estabeleceu-se que os sete povoados missioneiros passariam aos domínios Portugueses, enquanto que a Colônia do Sacramento passaria aos domínios Espanhóis. Após a desagregação do projeto reducional e às guerras que se seguiram com a assinatura do Tratado de Madri (1750), a região dos povoados missioneiros sofreu com o abandono e a depredação por parte dos novos povoadores. No início do século XX, havia a prática de venda por parte dos órgãos administrativos locais, do material construtivo das antigas reduções para os novos povoadores da região: “Há registros no Arquivo Histórico de Santo Ângelo, antigo município sede de São Miguel das Missões, da venda, pela prefeitura de materiais construtivos da antiga redução.” (RAMOS, 2006 p.94). Neste trecho Ramos (2006) refere-se à venda do material construtivo da redução de São Miguel por parte da prefeitura de Santo Ângelo, prática que também ocorria em São Luiz Gonzaga.

Meira (2008), afirma que a partir do Regulamento de Terras de 1922, que institucionalizou a categoria de lugares históricos, São Miguel passou a ser o primeiro “patrimônio histórico” oficialmente reconhecido no Rio Grande do Sul. Portanto, as primeiras ações buscando a preservação e limpeza, da antiga redução de São Miguel Arcanjo ocorreram na década de 1920, e foram empreendidas por parte do governo estadual. A obra reducional apresentava-se, dentro das práticas políticas do período, orientadas pelos ideais positivistas de Ordem e Progresso, a responsável pela evolução do guarani. Desta forma a região missioneira

apresentava-se como um lugar a ser preservado, num projeto que pretendia demonstrar que o estado viveu sob a égide da evolução desde o período missioneiro.

Na terceira década deste século – 1925 a 1928 – o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Comissão de Divisão e Terras, com sede no município de Santa Rosa, promovendo a limpeza da igreja, demonstrando, pela primeira vez o interesse e a preocupação do poder público com o abandono ao qual o monumento estava entregue. (LUZ, 1987. p.256)

A década de 1920 foi marcada pelo aumento significativo de obras sobre o conhecimento histórico do Rio Grande do Sul, e de maneira especial pela criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, responsável por uma série de ações no âmbito histórico e cultural. Interesses políticos e ideológicos do governo borgista orientaram as ações e escolhas na preservação dos bens históricos no estado naquele período. Indicando que o patrimônio histórico a ser preservado era aquele que de alguma forma contribuísse para o governo estadual autolegitimar-se.

Mais tarde, no ano de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN<sup>3</sup>, o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo passou a receber atenção por parte do governo federal. Este órgão foi criado com a finalidade de selecionar os bens que passariam a integrar um conjunto dos patrimônios nacionais, e desenvolver ações de proteção sobre estes.

O tombamento do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo em nível nacional pelo SPHAN ocorreu em 16 de maio de 1938, tendo sido o segundo bem tombado no estado do Rio Grande do Sul. O primeiro bem tombado havia sido uma casa construída em material missioneiro em maio de 1938, a qual fora destruída alguns anos mais tarde, restando apenas fotografias. Ambos tombamentos foram realizados no Livro Tombo de Belas Artes.

Neste período o governo de Getúlio Vargas empreendeu um esforço para valorização de elementos que dessem sustentação ao projeto de estabelecimento de uma identidade nacional, instituindo as primeiras políticas públicas destinadas à preservação dos patrimônios contidos em território brasileiro.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos,

---

<sup>3</sup> O SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937, estava subordinada ao Ministério da Educação. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente.

delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que se costuma justificar a constituição destes patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação. (FONSECA, 1997, p.11)

Fonseca (1997) ressalta ainda o alto grau de eficácia simbólica que estas políticas públicas alcançam, raramente ocorrendo contestações quanto a atribuição de valores aos objetos protegidos. Mas a autora ressalta também a importância em pensarmos o papel desempenhado pelos profissionais que atuaram na instituição, que eram, em sua maioria, arquitetos, os quais ela denomina de mediadores simbólicos, e mentores das políticas públicas executadas. É preciso considerar a importância da atuação destes profissionais, suas formações técnicas, culturais e até mesmo políticas. E muito além de entender apenas a ação dos agentes institucionais, a autora nos lembra da importância em pensarmos na apropriação que é feita pela sociedade e pelos diferentes grupos sociais das ações e das construções realizadas em torno do patrimônio.

Maria Cecília Londres Fonseca, ao abordar a consolidação das práticas de preservação do IPHAN, divide o histórico do instituto em duas etapas. A primeira seria a “fase heroica”, de 1937 até 1967, quando da substituição de Rodrigo de Andrade por Renato Soeiro. A segunda, referida como “moderna”, teria sido iniciada quando Renato Soeiro assumiu ao cargo de Diretor do DPHAN.

Foram, portanto, a noção de civilização material, que fundamentava a leitura dos monumentos e objetos, e à qual o patrimônio tombado devia se referir, e a interpretação que os arquitetos modernistas fizeram da arquitetura brasileira, que justificaram os tombamentos da “fase heroica”. [...] O fato é, que em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do SPHAN, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano face à critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida pelos arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre as técnicas construtivas do período colonial e os princípios da arquitetura modernista. (FONSECA, 1997, p.121)

Desta forma a “Fase heroica” caracterizou-se pelo salvamento de bens materiais, ficando conhecida como a fase de “pedra e cal”, onde o estado material do bem era determinante para o seu tombamento. Neste período os tombamentos foram em sua maioria com inscrições no Livro Tombo de Belas artes, alguns tombamentos com duplas inscrições no

Livro Tombo Histórico e no Livro Tombo de Belas Artes, e poucas inscrições realizadas apenas no Livro Tombo de Histórico.

Como afirma Llorenç Prats (1997) o patrimônio não existe de forma natural, não é algo dado, muito menos um fenômeno social universal, ele é, acima de tudo, uma construção social, um artifício criado por alguém, em algum lugar e momento, para atender a determinados fins. Prats (1997) afirma também que o patrimônio é uma invenção, onde cria-se uma composição, a partir de elementos extraídos de uma realidade, e que contribuem para a construção de uma nova realidade, com novos sentidos. Desta forma, o patrimônio é, para o autor, uma invenção e também é uma construção social:

Los procesos de patrimonialización obedecen a dos construcciones sociales distintas, pero complementarias y sucesivas. La primera consiste en la sacralización de la externalidad cultural. Se trata de un mecanismo universal, intercultural, fácilmente reconocible, mediante el cual toda sociedad define un ideal cultural del mundo y de la existencia y todo aquello que no cabe en él, o lo contradice, pasa a formar una parte allí, por su sola existencia, delimita y reborda la condición humana, socialmente definida y, por ende, nuestra capacidad de explicar y dominar la realidad. [...] A partir de estos principios compartidos, se produce una segunda construcción social en el proceso de patrimonialización. Se trata de la puesta en valor o activación. [...] La activación, más que con la puesta en valor tiene que ver con los discursos. Toda activación patrimonial, desde una exposición temporal o permanente, hasta un itinerario o un proceso de patrimonialización de un territorio, de inspiración más o menos etnomuseística, incluso una política de espacios bienes culturales protegidos, si se quiere apurar la imagen, comporta un discurso, más o menos explícito, más o menos polisémico, pero absolutamente real. [...] (PRATS, 2005, p.02)

Para PRATS (2005) os processos de ativação patrimonial dependem fundamentalmente dos poderes políticos, e da negociação destes com outros poderes, e com a sociedade. Além disso, o autor afirma que todo processo de ativação patrimonial comporta um discurso. Este processo de ativação passa primeiramente um processo de seleção, onde, dentre uma gama de elementos patrimoniais, alguns, apenas, serão selecionados e ativados, estes, são escolhidos de acordo com o discurso que se pretende gerar.

Importante também é pensar a cultura material enquanto expressão das relações sociais entre os grupos. A compreensão do conceito de patrimônio enquanto bens edificados expressa a compreensão de história e de cultura enquanto representativa de uma camada social que possui a capacidade de legar estes bens, excluindo da história oficial os grupos que não possuem esta capacidade. “A chamada "cultura material" participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais.” (MENESES, 1994. p.12)

Nestor Garcia Canclini, em sua obra *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, problematiza também o patrimônio cultural enquanto um campo de disputa entre os grupos sociais, onde estes relacionam-se de maneira diferenciada com o patrimônio, pois os grupos participam de maneira desigual na sua formação e manutenção:

O patrimônio cultural funciona como um recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem o acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir bens de maior qualidade e refinamento. (CANCLINI, p.195)

Partindo destes pressupostos buscamos compreender os motivos que levaram o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo a ser, desde o início da instalação das atividades de preservação na região das missões no estado, alvo destas, recebendo a atenção e os cuidados que outros remanescentes do período reducional na região não receberam, considerando que o processo de ativação deste patrimônio, nas décadas de 1930 e 1940 pretendeu também gerar discursos. Tentamos elucidar também como, na década de 1930, quando eclodem as políticas nacionais de escolha e proteção dos patrimônios históricos, visando construir uma história nacional centrada na origem lusa, foram as missões jesuítas, símbolo da ocupação espanhola de parte do território do estado do Rio Grande do Sul, eleitas como um dos principais alvos de ações do principal órgão criado no período, o SPHAN.

### **Entre a história e as belas artes, entre a matriz lusa e a matriz platina**

Em sua tese de doutorado, *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*, Ana Lúcia Goelzer Meira, analisa a trajetória do IPHAN e, mais especificamente, de algumas de suas obras de restauração, procurando entender a atuação do Instituto no Brasil e suas ações no Rio Grande do Sul nos seus primeiros anos de sua atuação, nas décadas de 1930 e 1940, investigando as escolhas em torno do patrimônio, os valores associados aos tombamentos dos bens edificados, e os critérios utilizados nas intervenções.

A autora aponta uma questão fundamental na seleção e na preservação de patrimônios, a oscilação entre a busca da imagem e do documento. Segundo ela, as obras de restauração tiveram por objetivo, em alguns momentos, produzir uma representação/imagem desejada das edificações restauradas, privilegiando os aspectos visuais e, em outros, buscaram a

salvaguarda de um documento herdado, procurando preservar os elementos constitutivos autênticos das mesmas. Essa distinção de duas formas de preservação dos patrimônios, enquanto imagem ou enquanto documento, que foram aplicadas pelo IPHAN ao longo de sua trajetória é essencial em sua obra. Isto é perceptível através da análise das inscrições dos processos de tombamento de cada bem, enquanto que os inscritos no Livro Tombo Histórico possuíam valor de documento, os bens inscritos no Livro Tombo de Belas Artes eram valorados enquanto imagem/representação.

Os intelectuais envolvidos na criação do SPHAN tiveram o papel de elencar os elementos representativos da identidade da nação que queriam formar. Desta forma os elementos representativos da colonização portuguesa que foram eleitos foram os valores europeus e católicos. “Rechaçava-se o Brasil índio, negro, latino-americano, e não católico.” (MEIRA, 2008, p.114)

Meira destaca que no Rio Grande do Sul os tombamentos realizados pelo SPHAN no início da sua atuação nas décadas de 1930 e 1940 foram, em maioria, devido a critérios e valores históricos, mais do que artísticos. Segundo ela, devido a uma tendência no estado em preservar bens históricos, consequente da tradição da cultura rio-grandense em cultivar a história regional e valorizar os feitos históricos. Portanto, a maioria dos bens tombados foram inscritos no Livro Tombo Histórico. Ela destaca que apenas os dois bens tombados na região das missões jesuíticas no estado, logo no primeiro ano de atuação do SPHAN, foram inscritas no Livro Tombo de Belas Artes.

Neste ponto ressaltamos o caráter contraditório do tombamento de bens da região missioneira no estado, a autora aponta diversas vezes ser este um tombamento emblemático, mas não se aprofunda nesta problemática. O Rio Grande do Sul teve em sua maioria bens históricos tombados pelo SPHAN, mas os patrimônios da região missioneira enquadravam-se no Livro Tombo de Belas Artes e não no Livro Tombo Histórico. Compreendemos que isto ocorreu devido ao fato de não se ter clareza quanto ao pertencimento destes bens à história brasileira que estava em construção, e que buscava ressaltar a colonização e ocupação portuguesa do território. Como também não havia clareza do pertencimento destes bens à história do estado. As Missões, símbolo da ocupação espanhola durante quase três séculos em parte do território do estado do Rio Grande do Sul, não seriam eleitas como patrimônios e nem preservadas pela sua historicidade, mas sim por sua beleza e excepcionalidade, preservadas enquanto imagem. Meira destaca que a visão de alguns especialistas que integravam o SPHAN era de que tratava-se de fato de um patrimônio espanhol, dissonante da

história nacional que se pretendia narrar, mas aponta também para a possibilidade de que buscou-se preservar São Miguel Arcanjo enquanto símbolo de um ato de dominação brasileira sobre o “invasor” espanhol, integrando, assim, uma história de conquistas da nação brasileira. Outra questão importante abordada pela autora foi quanto à preservação dos remanescentes de São Miguel Arcanjo, neste período, pela sua importância enquanto obra jesuítica, compreendendo que os valores católicos compunham à cultura europeia que compreendeu-se como a formadora da nação neste período.

Érico Loyola em sua dissertação de mestrado, intitulada *As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987)*, trabalhou com a possibilidade de o IPHAN ter fomentando ações que buscassem a valorização de uma identidade supranacional, desenvolvendo ações conjuntas com Argentina e Paraguai nas décadas de 1970 e 1980. O autor mostra que de fato houveram algumas ações conjuntas por parte dos três países, naquele período, buscando fomentar a preservação e o turismo dos remanescentes do período reducional. Porém o autor ressalta que estas intenções não aparecem em períodos anteriores, nem mesmo no período da realização do tombamento de São Miguel Arcanjo, em 1938.

Ou seja, os aspectos arquitetônicos da redução de São Miguel, vistos em seu conjunto, compostos pela catedral e edifícios adjacentes, e a possibilidade de lá instalar um museu, eram as justificativas centrais para a sua preservação. Não se colocava o seu tombamento, portanto, nas linhas mestras da lusofilia. Tampouco se cogitava do reconhecimento da eventual experiência “comum” por parte de Brasil, Argentina e Paraguai no que tange ao compartilhamento do espaço missionário. A sua proteção, naquele momento, dava-se muito mais em razão da monumentalidade e do exotismo do trabalho dos jesuítas na região noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul do que propriamente pela sua relevância para a tradição nacional imaginada pelos “fundadores” do SPHAN. Daí a importância, inclusive, de estabelecer-se um museu que servisse a melhor exposição das peculiaridades da experiência missionária. (LOYOLA, 2016, p.47)

Por mais que não houvesse um consenso entre os profissionais do IPHAN quanto a justificativa para o tombamento e a preservação de São Miguel Arcanjo enquanto integrante da história nacional que se pretendia narrar, ainda assim, é preciso lembrar que mesmo tendo pertencido à Espanha, o território missionário acabava por integrar uma tradição hispano-portuguesa e reforçava, de qualquer forma, os laços que a história nacional possuía com a Península Ibérica. Portanto a sua preservação ainda que um tanto emblemática, não fugia totalmente do discurso que se pretendia construir, de uma história nacional com origens europeia, branca e católica, legitimada através do patrimônio material.

Talvez a contraditoriedade da sua preservação, enquanto um elemento originalmente fruto da colonização espanhola do território, foi mascarada pela ênfase que buscou-se dar no seu valor arquitetônico, e no seu exotismo, tendo sido por isso inscrita no Livro Tombo de Belas Artes, e não no Livro Tombo Histórico. Não existia uma clareza quanto a sua participação e a sua importância na composição da história nacional, apenas havia a certeza, por parte dos profissionais do IPHAN, que por representar uma obra jesuítica e europeia, e pela sua beleza e monumentalidade, merecia São Miguel Arcanjo ser preservada. Também é preciso considerar a influência dos profissionais que atuavam na instituição naquele período, em sua maioria arquitetos, que sem dúvida não deixariam de lado uma obra arquitetônica tão expressiva e monumental.

Além da problemática de seu pertencimento à uma história nacional, os patrimônios da região missioneira são emblemáticos enquanto pertencentes à história das origens do estado do Rio Grande do Sul. O debate sobre as origens do estado polariza-se entre os que associam esta à ocupação portuguesa, iniciada através do litoral gaúcho, ou através da instalação das missões jesuíticas por meio do oeste do estado. Sabe-se que por quase três séculos uma fronteira imaginária dividia, ao meio, o território que hoje corresponde ao estado do Rio Grande do Sul entre portugueses e espanhóis que disputavam a posse do território. A instalação das reduções jesuíticas nos séculos XVII e XVIII a leste do Rio Uruguai buscava assegurar a posse do território para a Coroa Espanhola.

Moysés Velinho e Manoelito de Ornellas foram dois intelectuais que discutiram esta visão dualista no início do século XX. A matriz lusa teria iniciado com Aurélio Porto, no início do século XX, continuada por Souza Doca, aprofundada por Othelo Rosa, e aprimorada por Moysés Velinho. Velinho defendia que as Missões Jesuíticas, só vieram a fazer parte do território rio-grandense a partir de 1801, sendo que essas reduções e posteriores missões não contribuíram para a composição cultural e social dos rio-grandenses, como afirmavam os integrantes da matriz platina.

O Rio Grande do Sul apresenta no início do século XX duas matrizes ideológicas na historiografia gaúcha que debatem a cerca da formação da identidade e sobre a diversidade cultural rio-grandense, a matriz lusitana e a matriz platina. Moysés Vellino e Manoelito de Ornellas são ensaístas que representam a matriz lusa e a matriz platina, respectivamente, fazem parte da intelectualidade do século XX no Rio Grande do Sul. [...] O ambiente em que foram escritas as obras dos dois autores, 1948 e 1964, contribui para analisar o pensamento e a direção dos discursos de Ornellas e Vellino. Para o primeiro é fundamental a matriz platina para uma melhor compreensão da formação cultural riograndense, onde a relação do gaúcho rio-grandense com o gaúcho platino remonta as suas origens ibéricas, enquanto que para o segundo a matriz lusa foi a única interpretação histórica fiel a formação do

Rio Grande do Sul, sem exaltar heróis que pertenceram a história do Prata.  
(ALMEIDA, 2007, p.07)

Já Manoelito de Ornelas Ornellas, em todos os momentos e discussões sobre o gaúcho, abordava a platinidade. O intelectual via no gaúcho do século XX uma mescla étnica remontando às raízes profundas dos colonizadores desde a Península Ibérica abordando a contribuição do negro (brandamente), do açoriano, do espanhol, do indígena e abordando também, mais tarde, as contribuições do povoamento ítalo e teuto.

Portanto não existe uma clareza, muito menos um consenso quanto às origens da formação do estado. A origem Lusa está associada à formação de Rio Grande, em 1737, e a origem hispânica associada à fundação da redução de São Nicolau, em 1626, a primeira redução instalada à leste do Rio Uruguai no primeiro ciclo reducional. São Nicolau hoje constitui-se como um município, e que proclama o slogan de “Primeira Querência do Rio Grande do Sul”.

### **Um gaúcho no governo federal: a influência de Getúlio Vargas nas escolhas e ações de preservação dos patrimônios.**

Meira (2007), destaca a influência que tiveram os governantes gaúchos a frente do governo federal, tanto no Estado Novo, quanto no período da Ditadura Militar, ocorrendo influências destes na definição das escolhas e nas ações de preservação nestes períodos. Destaca, principalmente, o papel de Getúlio Vargas neste contexto, especialmente na atuação dele enquanto deputado estadual, na década de 1920, no governo de Borges de Medeiros onde ambos apoiaram a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGBRS, e as primeiras ações estaduais no sentido de garantir a manutenção do patrimônio edificado, dando atenção especial às ruínas da antiga redução de São Miguel Arcanjo.

Getúlio Vargas foi um governante comprometido e preocupado com a preservação dos patrimônios históricos, desde o início de sua atuação política no estado do Rio Grande do Sul, possuindo, de certa forma, uma característica que poucos homens do seu tempo possuíam:

Em discurso proferido como Presidente do Estado na Assembleia dos Representantes, em 1928, Vargas cita a aplicação de verbas para obras no Museu Júlio de Castilhos, no Teatro São Pedro e nas ruínas de São Miguel Arcanjo. Sobre esta última, informou: "ultimaram-se as reparações mais urgentes das ruínas do imponente templo de São Miguel de Missões". O relatório se refere à gestão anterior, de Borges de Medeiros. Tratando-se de um longo governo de continuidade de orientação positivista, apesar de não ter sido ele o iniciador das obras, certamente Vargas estava de acordo com sua execução, principalmente por ser natural de São

Borja – origem que deixara suas marcas no governante. Segundo O'Donnel: "Bom missioneiro, fraseia com economia" (p.134) Deve-se ressaltar que, mesmo em se tratando de relatório de prestação de contas, Vargas qualificou São Miguel como "ruínas imponentes". Isso demonstra o valor que era atribuído às ruínas, no âmbito do Estado, dez anos antes de seu tombamento nacional. A postura de referência do governante se renovou anos depois, após 1945, quando, deposto da Presidência da Nação e exilado na Fazenda do Itu, em São Borja, Vargas visitou as Missões e lamentou sobre a destruição ocorrida ao longo do tempo, por ações e por omissões. (MEIRA, 2008, p.134, 135)

Vargas por ser natural de São Borja, conhecendo amplamente a região missioneira, e ciente do estado em que se encontravam os remanescentes do período reducional, exerceu influência fundamental incentivando que as políticas de preservação alcançassem a região. Sua influência já ocorria quando atuava no governo estadual e passou a ser mais intensa quando ingressou no governo federal.

Meira cita diversos manuscritos onde Alzira Vargas, filha de Getúlio, remete à profissionais do IPHAN demonstrando as preocupações e os interesses que possuía o pai em saber e acompanhar o andamento dos trabalhos em São Miguel.

Nos primeiros tempos do SPHAN, pode-se constatar a atenção direta de Getúlio Vargas em relação aos assuntos do patrimônio, como demonstra o bilhete de Alzira Vargas sobre a preocupação do presidente em relação ao Museu das Missões. Isso pode explicar a preocupação da área central do SPHAN, desde o início dos contatos com Meyer, com a preservação do patrimônio missioneiro. (MEIRA, 2008, p.431)

Meira (2008) cita ainda as contribuições e incentivo que Getúlio Vargas fez, quando foi Presidente do Estado, enviando pesquisadores ao Rio de Janeiro para estudar a história do Rio Grande do Sul, buscando "abrasileirar" a Revolução Farroupilha. Vargas e seu projeto de governo nacionalista foram grandes incentivadores da salvaguarda dos patrimônios históricos e culturais, como já foi mencionado, na intenção em constituir e reforçar uma identidade nacional. Mas seu papel foi importante também garantindo que as políticas de preservação assegurassem a proteção dos patrimônios da região das missões jejuíticas, especialmente de São Miguel. Portanto o seu papel foi decisivo para que as ações do SPHAN alcançassem a região missioneira.

## **Considerações Finais**

O tombamento do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, revestido de caráter emblemático, como afirma Meira (2007), acaba por suscitar um debate em torno dos valores

que nortearam a seleção dos patrimônios que constituíram a história oficial da nação brasileira, centrada na matriz lusa, branca e católica. De fato as missões jesuíticas não enquadram-se nesta matriz por representarem a ocupação hispânica de praticamente metade do território que hoje corresponde ao estado do Rio Grande do sul. Mas de qualquer forma as Missões representavam os valores europeus e católicos, um verdadeiro empreendimento para a “civilização” das populações indígenas.

Portanto, apesar de não confirmar a matriz lusa, o tombamento do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo representava a salvaguarda de um patrimônio de origem ibérica e principalmente, católico. Responsável por levar os valores e costumes europeus aos povos nativos, o projeto jesuítico mereceu um espaço dentre os bens salvaguardados pelo SPHAN. O indígena da região missioneira possuía valor e espaço dentro da história da nação, pois era adepto dos valores e costumes europeus, e era acima de tudo, católico.

Além disso, Getúlio Vargas, natural da região das Missões/RS além de ter sido um grande incentivador da criação de políticas estaduais e nacionais de proteção aos patrimônios, foi um ferrenho defensor de que estas alcançassem também sua região de origem, especialmente a São Miguel, ao qual possuía grande estima. Provavelmente, se não fosse a presença de Vargas a frente de cargos que lhe permitiram intervir nas ações públicas sobre o patrimônio, São Miguel não teria tido tal reconhecimento naquele período.

Portanto apesar de contraditório o tombamento de São Miguel das Missões pelo SPHAN, este teve respaldo dentro nas concepções do período que valoravam a cultura europeia, branca e católica, e teve, na figura de Getúlio Vargas um importante aliado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Santos de. **O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas**. Spartacus, UNISC. 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas, Estratégias para entrar e sair da modernidade**.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. UFRJ. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.

LOYOLA, Érico Teixeira de. **As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987)**. Dissertação UFRGS. 2016.

LUZ, Maturino. S. **A arquitetura e o urbanismo no antigo povo de São Miguel das Missões**. Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários: As Missões Jesuítico-Guaraní: Cultura e Sociedade. Santa Rosa. 1987.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese. UFRGS. 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **A trajetória do IPAHN nas Missões**. In: GOELZER, Ana Lucia. Fronteiras do mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões. Porto Alegre. UFRGS, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil**. Dissertação. UNISC. 2011.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre. Martins Livreiro. 2009.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y patrimônio**. Editorial Ariel, S.A. Barcelona. 1997.

PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimônio cultural**. Política y Sociedad, 27. Universidade de Barcelona, Madri. 1998. (p.63-76)

PRATS, Llorenç. **Concepto y gestión del patrimonio local**. Cultura y Patrimonio. Cuadernos de Antropología Social. Nº 21. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. 2005.